



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.243, DE 2020

(Do Sr. Alexandre Frota)

Suspende o prazo prescricional, para contagem do tempo de usucapião enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2214/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Sr. ALEXANDRE FROTA)

Suspende o prazo prescricional,
para contagem do tempo de
usucapião enquanto durar o estado
de calamidade pública decretado.

O Congresso Nacional decreta:

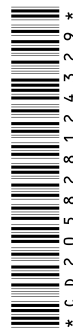
Art. 1º - Os prazos prescricionais relativos a usucapião, previstos no Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, artigos 1238 e seguintes, ficam suspensos temporariamente, enquanto durar o estado de calamidade pública.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

O estado de calamidade pública decretado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, estabelece uma série de atividades que ficam suspensa em sua normalidade.

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

Apresentação: 28/04/2020 15:28

PL n.2243/2020

Os prazos prescricionais relativos a bens relacionados nos artigos do Código Civil Brasileiro, no título “Da usucapião”, em virtude da excepcionalidade da vida cotidiana, devem ser suspensos pelo mesmo período do decreto acima citado.

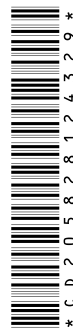
Esta medida faz justiça a proprietários e possuidores, de vez que não se pode adquirir direitos em momentos de conturbação social.

Peço aqui, portanto o apoio dos Nobres Colegas ao presente Projeto de Lei em apreciação por Vossas Excelências.

Sala das Sessões, de abril de 2020

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 LIVRO I
 DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

LIVRO III
 DO DIREITO DAS COISAS

TÍTULO III
 DA PROPRIEDADE

CAPÍTULO II
 DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

Seção I
Da Usucapião

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

.....

FIM DO DOCUMENTO